



PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

RESUMO¹

Diante de um cenário mundial atual onde não existem mais fronteiras entre os povos, as informações sobre as riquezas adquiridas pelas entidades que agregam trabalhadores nos mais diversos níveis sociais e econômicos, precisam agora divulgar juntamente com as demonstrações financeiras outros documentos de prestação de contas sobre seus investimentos em áreas sociais e ambientais. Neste aspecto o Balanço Social passa a ter importância relevante, tendo em vista que desde o seu nascedouro na França em meados de 1970, vem sendo exemplarmente praticado com regularidade em muitos países do primeiro mundo, como instrumento informacional dos dados sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade. Quanto aos trabalhadores brasileiros, os enfoques mais exigidos referem-se às políticas de remuneração, de benefícios, de segurança no trabalho, de rotatividade no emprego, de previdência privada, participação nos lucros da empresa, etc. Em relação ao meio ambiente, as informações devem relatar as políticas de não agressão à natureza, de reposição de recursos vegetais e minerais consumidos, de educação ambiental, etc. É neste momento privilegiado que entra a competência e iniciativa do profissional da contabilidade², através do convencimento dos empresários na divulgação destas informações, enquanto não se materializarem em lei estas novas demonstrações contábeis, já com estudos avançados da proposta de alteração da Lei n.º 6.404/76, que passa a determinar como informes obrigatórios a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social.

¹ Palavras-chave: Balanço Social, Contabilidade, trabalhadores, Valor Adicionado, distribuição de riqueza.

² O autor emprega a terminologia Contabilidade de forma ampla como um conjunto de conhecimentos ordenados que visam controlar o patrimônio de uma entidade, registrando os fatos administrativos em livros legais de acordo com os princípios e normas fundamentais e gera relatórios que asseguram aos múltiplos usuários um bom planejamento e tomada de decisão.



PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

SINOPSE³

Taking into account the world as it is nowadays in which there are no more boundaries among the peoples, information on profit made by companies that employ people at several social and economic levels, need to make public their financial reports and also documents that would account for their investment in social and environmental areas. In this aspect the spreadsheet becomes important. Since the time it has been issued, it has become normal practice in many developed countries as a means to pass on data on the economic and financial performance of the companies and their activities on the social field.

Concerning Brazilian workers the most demanded aspects are related to the salary, fringe benefits, hiring and firing cycles, private pension fund, profit sharing policies, etc... As for the environment, information must depict the nature preservation, replacement natural resources, environmental education policies, etc... In this crucial moment the accountants⁴ competence and initiative turn out to be of uttermost importance when convincing businessmen to make all the information public while there are no laws to rule these account reports. There are advanced studies on the changing of 6.404/76 law that states the share that is rooted to mandatory social aid and the spreadsheet.

³ Key-words: Spread Sheet, Accountancy, Profit Sharing, Wealth distribution.

⁴ The author uses the terminology Accountancy in a wide way as a set of organized knowledge that aims to control a company's asset, recording the administrative facts in legal books according to important principles and rules and generate reports to numerous users for planning and decision making.

INTRODUÇÃO

A atividade econômica teve ao longo dos séculos vultosa expansão sob os aspectos quantitativo e qualitativo. A diversificação dos segmentos econômicos foi bastante expressiva. A complexidade dos processos operacionais atingiu níveis extremos, comparativamente aos processos artesanais mais primitivos, bem como os volumes de produção.

Estas abruptas transformações são decorrentes do significativo avanço tecnológico, o qual foi impulsionado pelas crescentes necessidades da sociedade. Há uma interação entre ambos os fatores, pois sem desenvolvimento tecnológico não há possibilidade de expansão da economia, e por outro lado, se esta não se desenvolver, qualquer melhoria tecnológica pode se tornar inútil.

O crescimento das atividades econômicas e os avanços tecnológicos estão intimamente relacionados com o aumento populacional, dado que há necessidade da existência do mercado consumidor para a absorção do produto de ambos: atividades econômicas e novas tecnologias. O inverso também é verdadeiro. O aumento demográfico, e a conseqüente elevação na demanda, é que impulsionam a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novas tecnologias.

A sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, bem como sofre os impactos destas. Os efeitos nocivos decorrentes destas atividades econômicas não internalizadas oneram o meio externo acarretando perdas na qualidade de vida da população (aumento do índice de doenças) e destruição dos recursos naturais (contaminação das águas, do ar, dos solos, extinção de espécies animais, vegetais e minerais etc). Estes ônus atingem financeiramente as famílias e governos locais, obrigando estes a realizar maiores investimentos na área de saúde: aquisição de medicamentos, implementação de novos postos e de equipamentos hospitalares.

Tanto são os agentes capacitados ao desenvolvimento das atividades econômicas, bem como diversos são os recursos e conhecimentos para o avanço tecnológico, que a instituição de novas empresas deve ser precedida da avaliação dos impactos negativos sobre o meio externo.

Porém, este tipo de avaliação não deve estar restrito ao momento que antecede a constituição da empresa; deve ocorrer periodicamente, após o início de suas atividades operacionais e, até antes do encerramento de atividades, no sentido de obrigar eventuais poluidores à restauração do local antes do seu abandono.

Este tipo de avaliação permite conhecer os benefícios gerados em função da existência de uma empresa específica, bem como identificar aquelas

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

que geram prejuízos sociais ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas.

Reconhecidamente as empresas que geram empregos proporcionam benefícios sociais. Entretanto, há que se avaliar se o montante de impostos pagos e a ocupação da mão-de-obra local são compatíveis com os gastos governamentais para prover a infraestrutura necessária à manutenção da empresa, como fornecimento de água, energia elétrica, serviços de esgotos, de saneamento básico, de manutenção das vias públicas, infraestrutura hospitalar etc. Além dos impactos sobre o patrimônio natural não passível de mensuração, mas que originam relevantes reduções do mesmo e, portanto diminuição, se não eliminação, da qualidade e das alternativas de continuidade de vida humana local.

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social⁵.

Conforme Tinoco, (1984:108) defini-se como: "O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar da forma mais transparente possível, vale dizer evidenciação plena – full disclosure – informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários os trabalhadores".

O Balanço Social na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos.

Em termos ideais uma empresa somente poderia exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência fosse positivo. A empresa que agride o meio ambiente, conseqüentemente coloca em risco a continuidade da vida humana ou reduz a qualidade desta; aquela que não propicia condições adequadas de trabalho contribui para a degeneração psicológica e social dos trabalhadores; e aquelas que não adicionam valor à economia local fazem com que a aplicação de recursos governamentais não resulte nos benefícios esperado na região onde estão situadas.

⁵ No Brasil, o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, desde 1997, faz um grande trabalho a fim de chamar a atenção dos empresários para importância deste investimento.

Os Recursos Humanos⁶

Por muito tempo, ter um emprego, ter quem empregasse era por si só um grande benefício. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a manutenção dos mesmos. Os cargos disponíveis eram largamente disputados em troca de uma remuneração irrisória, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, muitas vezes obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém, quantitativamente houve grandes avanços⁷.

Este tipo de situação contribuiu fortemente para a degeneração do ser humano no que tangia o seu convívio na sociedade e mesmo na vida familiar, uma vez que era condenado à marginalidade e à abstinência de fatores elementares para sobrevivência.

Por força das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais, de direitos humanos surgiu a consciência de responsabilidade social, também sob este aspecto. Atualmente, com maior ou menor nível de escassez de cargo, as empresas são obrigadas à implementação e manutenção de condições adequadas quanto a segurança e saúde ocupacional de seus funcionários, bem como, estão proibidas de utilizar mão-de-obra infantil (obviamente há casos de transgressões) e também, tem de limitar a ocupação de seus funcionários a 8 horas diárias ou até menos, conforme as características da atividade desenvolvida.

Aliado a isto, as entidades de classe passaram a exigir remunerações condizentes com os cargos ocupados, na forma direta (salários) ou indireta (planos de assistência médica, auxílio transporte, “vales refeição”, cesta básica alimentar, auxílio natalidade, salário família etc). O conjunto destes fatores que remuneram o trabalho da mão-de-obra empregada resulta na satisfação, realização e valorização pessoal do trabalhador social, econômica e psicologicamente e, por conseguinte da sociedade como um todo.

O empresariado conscientizou-se de que benefícios adicionais aos determinados por lei (e também, por força das pressões externas) eram necessários para estimular seus colaboradores. Sob o ponto de vista empresarial, estes benefícios visam a otimização dos resultados esperados das

⁶ As manifestações iniciais sobre este tipo de publicação tiveram origem na França a partir da década de 1970 com abrangência restrita a recursos humanos.

⁷ Na Europa, principalmente na França e Alemanha, com os movimentos estudantis do final da década de 60 e com o crescimento dos problemas sociais, multiplicaram-se as iniciativas a respeito do debate sobre a responsabilidade social das organizações. Procurou-se uma forma científica para as organizações prestarem contas à sociedade de suas atividades, de suas relações sociais, do reflexo social de suas variações patrimoniais. Propôs-se então uma demonstração denominada genericamente Balanço Social (bilan social na França; sozialbilanz na Alemanha; social audit nos EUA).

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

atividades. Apesar das resistências iniciais quanto à sua instituição, percebe-se que eles contribuem para a produtividade da empresa.

A assistência médica oferecida pelas empresas reduz as ausências dos funcionários, fazendo com que estes recorram em número bem menor aos serviços públicos de saúde, os quais, abarrotados pela imensa procura e carentes de profissionais para atendimento, consomem grande parte do tempo de seus usuários somente em filas de espera. O fornecimento de refeições, ou de “vale-alimentação” contribuiu para a “melhor” alimentação dos empregados, ainda que em alguns casos esteja distante da necessidade real destes e de seus familiares e, conseqüentemente, resultou em mais forças e energia para a execução das tarefas. Os programas de treinamento profissional e de formação básica refletem na produtividade à medida que, mais esclarecidos, os funcionários incorrem em menor quantidade de erros. A limitação da carga horária de trabalho diário em geral e, por profissões específicas, de acordo com as características das atividades, também é um fator fundamental na redução de falhas, diante das melhores condições físicas de que dispõe um trabalhador que tem as horas adequadas para o necessário descanso. A ajuda de custo para transportes também é um fator decisivo nas condições físicas do empregado que muitas vezes se via obrigado, em função de baixa remuneração, a percorrer longas distâncias a pé. A cesta alimentar também constitui fator estimulante para os funcionários, pois como os demais benefícios representam um complemento salarial, o qual muitas vezes serve para aliviar as preocupações do trabalhador com os recursos para sua alimentação mínima e de seus familiares, revertendo, portanto em maior atenção para o processo operacional da empresa.

Voltando-se aos aspectos sociais, a concessão destes benefícios reflete a responsabilidade social da empresa no que tange à contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, essencialmente dos habitantes da comunidade onde está instalada.

Muitas vezes se ouve dizer que esta é uma responsabilidade do governo. Todavia, há lógica em se esperar que a empresa proporcione benefícios em troca dos que obtém em função da permissão de instalação e de continuidade, dos serviços prestados pelos funcionários e de sua aceitação pela sociedade. Trata-se da velha premissa de que “é dando que se recebe”.

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

Obviamente, fazer não basta, é preciso fazer certo e mostrar que fez. Assim, na configuração do Balanço Social, propõe-se que a empresa demonstre a quantidade de funcionários que emprega, sua distribuição por sexo, idade, formação escolar, cargos ocupados; total da remuneração, benefícios oferecidos como: treinamento, assistência médica e social, auxílio alimentar (vale refeição e cesta básica alimentar), transporte, bolsas de estudos⁸. Estas informações, além de evidenciarem a responsabilidade social da empresa, podem auxiliar no processo de melhorias dos serviços públicos, na medida que são identificados os setores não atendidos, ou menos beneficiados. Por exemplo, se a empresa mantém escola de nível básico para seus funcionários, familiares destes e para a comunidade local, a Prefeitura do município poderá realçar os recursos que seriam utilizados nestes serviços para outras áreas carentes, como a saúde, o saneamento básico, transportes coletivos etc. ou aplicar na própria área educacional de forma a atender satisfatoriamente a parcela da população não atendida. Em outro caso, se a empresa sediada em área afastada propicia o transporte de seus funcionários, o governo municipal poderá aplicar os recursos destinados à implementação e manutenção dos transportes públicos em outras áreas (como a pavimentação, por exemplo) ou pelo menos reduzir o seu gasto de recursos nesta finalidade.

Sob os aspectos educacionais⁹, via de regra, nota-se um descompasso entre as necessidades de formação na vida profissional e o currículo escolar. A informação quanto à formação escolar e cargos ocupados pode servir de direcionadores para a correção dos programas escolares, de forma a atender as necessidades evidenciadas.

Os dados relativos à composição da mão-de-obra, por idade e sexo podem deixar evidenciadas as carências existentes quanto às faixas etárias e sexos não absorvidos. Com isso, as providências governamentais podem ser agilizadas para a busca de uma solução. Ou mesmo, pode estimular a criação de novas atividades econômicas que possam ser desenvolvidas com a referida mão-de-obra não utilizada.

⁸ O Balanço Social é alvo de discussões e estudos da ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa desde 1961. Foi objeto do anteprojeto de lei do Deputado Valdir Campelo em 1991 e, recentemente (1996/1997) o sociólogo Herbert de Souza – o Betinho (1935-1997) e as Deputadas Martha Suplicy, Sandra Starling e Maria Conceição Tavares motivaram a retomada das discussões sobre o mesmo.

⁹ Ver Social Report 2000/1999 das empresas Souza Cruz, Aracruz Celulose, Klabin, Bradesco, Itaú e outras que possuem vários tipos e programas de treinamento, fundações para formação da criança e vários investimentos com crescentes recursos em projetos para melhoria das condições de vida da comunidade e estímulo ao autodesenvolvimento dos funcionários.



PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

O Balanço dos Recursos Humanos empregados e beneficiados pelas empresas poderá ser elaborado pela Contabilidade em conjunto com o departamento responsável pela administração dos recursos humanos da empresa. O perfil da força de trabalho e os benefícios que lhe são proporcionados poderão ser definidos em conjunto e correlacionados com os eventos e transações econômico-financeiros que afetam a situação patrimonial e resultados, de forma a demonstrar o retorno auferido pela empresa, como aumento de produtividade, redução de gastos com departamento médico e até valorização do patrimônio da entidade. É de se lembrar que para muitas empresas os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO¹⁰

Foram abordadas as questões ambientais e de recursos humanos associadas à condução das atividades econômicas, ressaltando sempre o envolvimento dos aspectos econômico-financeiros envolvidos nesta interação e a compensação dos recursos consumidos pelos benefícios gerados, sob estas abordagens específicas.

Sob uma abordagem mais ampla, a Contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado, para identificar e divulgar quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui.

Esta é uma informação de fundamental importância para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa consome, necessariamente, recursos públicos, por meio da implementação de infraestrutura básica como: asfalto, rede de água e esgoto etc ou na forma de subsídios, redução de impostos permanente ou temporariamente.

Para avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que podem gerar (ou que estão gerando) frente aos recursos que consomem de modo a se aferir às vantagens da permissão de sua instalação ou continuidade. Ou, ainda, para induzi-las à melhoria de seu comportamento social e econômico.

¹⁰ Investidores e acionistas de todo o mundo habituaram-se a analisar o desempenho através de índices convencionais, ignorando o DVA Demonstração do Valor Adicionado como a versão moderna do lucro.

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

Idealmente, a empresa instalada em um determinado município deve empregar a mão-de-obra local¹¹, gerar benefícios para estes e seus familiares, além da comunidade que a cerca. Vivemos sob uma forma de administração pública descentralizada, ou seja, cada município recebe uma verba dos governos estadual e federal, e a completa com impostos municipais arrecadados, devendo gerenciar o atendimento das necessidades básicas de infraestrutura e urbanização da cidade. Claro está que há necessidade de fomentar a criação de atividades econômicas que gerem impostos para complementares recursos e também ocupar a mão-de-obra disponível.

Contudo, se uma indústria obtém autorização para funcionamento em um município, mas utiliza mão-de-obra de outros municípios, os recursos distribuídos a título de remuneração serão consumidos neste outro município, desestimulando com isso a criação de atividades econômicas que pudessem absorver tais recursos, e a força de trabalho disponível. No entanto, a indústria terá consumido os recursos municipais com o uso da infraestrutura que lhe foi entregue.

Imagine-se uma empresa que consome todos os recursos já mencionados, o único benefício que propicia é o emprego dos moradores da cidade e não adiciona nenhum valor durante o seu processo produtivo. Esta é uma situação não muito comum, mas configuraria pouca alternativa de continuidade, dado que esta requer o reinvestimento dos resultados positivos, ou seja, dos lucros, na manutenção da empresa. Os sócios não podem estar permanentemente aportando novos recursos à companhia, esta deve ter condições para sua automanutenção. É necessário que seja agregado algum valor aos produtos da empresa de forma a justificar um sobre preço que permita sua continuidade.

Os valores adicionados constituíram-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional.

O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos de terceiros para chegar ao seu produto/serviço final; corresponde, portanto, à riqueza gerada. É o que tem se convencionado denominar Valor Adicionado Bruto.

Todavia, a empresa utiliza-se também de instalações, máquinas, equipamentos e outros ativos de vida útil mais extensa, diminuindo-lhes o potencial de uso. Tal redução de potencial de uso na Contabilidade é refletida pela depreciação, amortização e exaustão. Assim sendo, dada a

¹¹ Empregar a mão-de-obra local implica em reduzir os serviços assistenciais do governo e em incentivar a criação de novos postos de trabalho e de geração de impostos, como as atividades comerciais e de serviços, além, obviamente, de elevar a renda da comunidade.

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

essencialidade do consumo parcial destes ativos para a geração da riqueza, seu valor deve ser deduzido do valor adicionado bruto, conduzindo ao valor adicionado líquido, o qual reflete a efetiva contribuição da empresa para a economia local.

Há ainda que se mencionar os valores recebidos de outras empresas sem sacrifícios operacionais, como o caso do resultado de participações societárias. A investidora realizou o investimento em algum momento passado, e nos períodos posteriores apenas receberá os frutos desta aplicação, sem qualquer esforço, pelo menos em princípio. O mesmo acontece com as receitas financeiras. Não há esforço da investidora, ela apenas aplica seus recursos no mercado e, dependendo das oscilações destes é que será sua receita.

Assim, o valor adicionado líquido somado às receitas recebidas em transferência demonstrará o total dos recursos distribuídos. A distribuição do valor adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; juros sobre capital de terceiros e próprio, dividendos, aluguéis de móveis e imóveis e por fim pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em um contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres.

Ter informações sobre a conduta operacional, econômica e financeira das empresas é um fator primordial para a gestão governamental, seja municipal, estadual ou federal, principalmente no que se refere à alocação dos escassos recursos. O instrumento já existe: a Contabilidade. Por meio da identificação, mensuração e divulgação dessas referidas informações a Contabilidade pode contribuir muito com o governo e com a sociedade em geral, na busca de soluções para os emergentes e crescentes problemas sociais, principalmente no Brasil, país em desenvolvimento, com notória carência de recursos financeiros¹².

¹² Note-se, novamente, que o banco de dados necessário está disponível na Contabilidade e através de seus artifícios, poderá elaborar demonstrativos para conhecimento dos múltiplos interessados, fazendo-se necessário apenas um estímulo para que seja utilizado.

Aversão infundada

Tendo como base a definição de balanço social e sua relação com a memória social e a competitividade empresarial estabelecida anteriormente, é interessante analisar várias contribuições meritórias e polêmicas à discussão que se tem estabelecido sobre o assunto na sociedade brasileira¹³. De fato, uma ojeriza infundada sobre o que seria um balanço social pode vir a imperar no meio empresarial quando se destacam unicamente as ações de beneficência - que na verdade deveria constituir apenas uma pequena parte dos indicadores da ação social da empresa. Esta aversão dos empresários se justificaria pela desagradável sensação de bode expiatório na omissão de ações sociais que não seriam de sua responsabilidade, e sim do governo.

Por outro lado, uma correta preparação do balanço social por parte das empresas pode ser de importância fundamental para sua utilização por entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a justiça e o bem-estar social dos brasileiros, como é o caso do IBASE. Menos poderosa, mas ainda importante, é a sua utilização como elemento de marketing. Neste caso, o selo do "Balanço Social" criado pelo IBASE, embora não seja um certificado de qualidade, é extremamente relevante como elemento a ser explorado nas peças de comunicação das empresas que o detiverem.

Se o balanço social for compreendido como um relatório que fará parte do sistema de informações sobre capacitação e performance dos recursos humanos e empregados como ferramenta destinada a incrementar a competitividade, cada empresa deverá estabelecer as informações que julgar importantes para o seu gerenciamento social. Nesse aspecto, o bastante completo modelo social francês pode ser utilizado como referência.

¹³ O Balanço Social da Nitrofertil, empresa estatal situada na Bahia, que foi realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que carrega o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80. O do Banespa, realizado em 1992, compõe a lista de empresas precursoras em Balanço Social no Brasil.

Recursos humanos

Embora o modelo proposto pelo IBASE apresente uma memória bienal de alguns indicadores sociais relevantes, o conteúdo de informações que ele disponibiliza está muito aquém do que seria necessário em um relatório sobre capacitação e performance dos recursos humanos, cujas informações viriam a ser empregada como ferramenta destinada a incrementar a competitividade empresarial, ou seja, um balanço social completo. No entanto, sua simplicidade é extremamente conveniente para estimular as empresas à sua preparação, além de ser altamente funcional como elemento para julgamento do mérito relativo à outorga do "Selo Balanço Social IBASE/Betinho"¹⁴.

O papel fundamental do balanço social como memória social da empresa, constituída através de uma base sólida, possibilita a sua utilização no implemento da competitividade empresarial a partir de uma gerência mais eficaz e científica dos recursos humanos. Quando um enfoque correto sobre a finalidade do balanço social é feito, chega-se à conclusão de que todos nele envolvidos são beneficiários na sua preparação, o que a sensibilidade de Herbert de Souza já tinha percebido e destacado anteriormente.

O ponto novo abordado aqui é a utilização do balanço social como um relatório sobre capacitação e performance dos recursos humanos, cujas informações viriam a ser contempladas como ferramenta destinada a incrementar a competitividade empresarial. Neste aspecto, praticamente deixa de ter sentido a relutância das empresas na sua preparação, já que elas são beneficiárias diretas do mesmo, principalmente quando as informações sociais disponibilizadas são de alta qualidade. Deve ficar claro também, que na preparação do balanço social a beneficência empresarial deverá ser apenas um dos parâmetros de análise, tendo o destaque proporcional à importância que a empresa lhe conferir.

¹⁴ Existiu um apoio de lideranças empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia do Ministério da Fazenda que fiscaliza as bolsas de valores; da Gazeta Mercantil, o mais importante jornal especializado em economia e negócios do Brasil; de muitas empresas (Xerox, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Glaxo Wellcome, Usiminas, entre outras); e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, Associação Comercial do Rio de Janeiro), a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia e em seminários, encontros e simpósios. Em novembro de 1997, novamente em parceria com a Gazeta Mercantil, o IBASE criou o Selo do Balanço Social para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, foi oferecido a todas as empresas que divulguem o balanço social no modelo proposto pelo IBASE.

CONCLUSÃO

Embora ainda não seja uma obrigação legal, a prática da elaboração, análise e divulgação do Balanço Social esta sendo cada vez mais adotada por um número maior de organizações interessadas em demonstrar para seus clientes, acionistas e a sociedade em geral, que além das suas metas de lucratividade e rentabilidade, existe uma preocupação com a responsabilidade social da organização e com os impactos da sua atuação no ambiente físico e social ao seu redor. É preciso mostrar que os benefícios proporcionados pela atuação da organização seja ela uma empresa, uma fundação, ou um agente governamental, são superiores aos seus custos para a sociedade e eventuais vantagens auferidas do ambiente em que atua.

Muitas organizações já concluíram aquilo que parece óbvio, mas que para outras ainda não está claro, que o seu desenvolvimento e crescimento em longo prazo está diretamente relacionado ao desenvolvimento e crescimento dos seus empregados, dos seus clientes, dos seus fornecedores e da melhoria da qualidade de vida da população em geral, incluídos os cuidados necessários à manutenção de um meio ambiente saudável.

Nesta tarefa de elaboração do seu Balanço Social a organização deve buscar uma maneira de caracterizar, qualitativa e quantitativamente, a sua forma de atuação social, seja para dentro, nas relações de trabalho, seja para fora, nas relações com a sociedade e com o meio ambiente.

Dependendo do tamanho e do grau de interação da organização com a sociedade são inúmeros os itens de verificação que devem ser identificados, medidos e avaliados. Além da ampla abrangência dos itens de verificação e indicadores da atuação social, deve-se considerar que as informações deverão ser levantadas e quantificadas anualmente, de modo que possa ser avaliada a evolução no tempo, bem como possam ser comparadas com as atuações de outras organizações.

Assim, de modo a atender com eficácia e eficiência aos objetivos a que se destina o Balanço Social, torna-se essencial o estabelecimento de uma forma sistematizada, constituindo-se, portanto, em uma metodologia, para levantamento, quantificação e organização das informações necessárias para compor o documento.

A leitura de diversos textos existentes sobre o tema permite perceber uma grande polêmica quanto à forma de apresentação do Balanço Social. Há os que defendem a estrutura de um balanço calcado em termos puramente monetários, enquanto outros entendem que esta abordagem deve ser encarada com reservas, uma vez que, em muitos contextos, a unidade monetária tem pouca representatividade para demonstrar o resultado de um ato social. A elaboração de um balanço, relacionando benefícios e custos, em

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

termos estritamente monetários, como o próprio nome do documento enseja, pode não representar fielmente todas as ações promovidas pela organização na área social. A título de exemplo tome-se o clima organizacional de uma empresa em um dado período. Quando este indicador é bom, ele contribui para a qualidade de vida e para a saúde psíquica e emocional dos empregados e dos seus dependentes. Entretanto, seria adequado relacionar o clima organizacional com os dispêndios monetários efetuados pela organização em benefícios para os empregados.

Existem vários outros fatores motivacionais, de difícil quantificação, relacionados com os valores praticados pela organização, com as formas de relacionamentos entre os seus membros ou com a forma de reconhecimento dos méritos individuais e grupais, que afetam positiva ou negativamente o ambiente interno à organização.

Minha opinião, portanto, é de que o Balanço Social não deva ser entendido como uma réplica do balanço financeiro, adaptado ao campo social e sim de um demonstrativo acessível aos empregados, dirigentes, acionistas e ao público em geral, a sua formatação, tanto no aspecto de aplicação quanto no de apresentação, deve ser simples, fácil de interpretar, exigindo, quando muito, uma sumária explicação e flexível, a fim de que o documento possa cumprir com o propósito de expressar objetivamente os resultados do exercício da responsabilidade social¹⁵.

Inúmeras outras considerações podem ser mencionadas quanto aos critérios a serem adotados no estabelecimento de uma metodologia. Baseado no que foi lido e observado sobre a experiência de outras organizações é preciso agora conclamar um maior número de empresas que possam cumprir o papel social no sentido mais amplo da palavra.

¹⁵ O autor tem focado este tema em suas aulas presenciais nos cursos de pós e graduação, enfatizando com bastante entusiasmo aos futuros administradores, contadores ou economistas que façam tremular esta bandeira à frente de suas empresas quando outorgados do poder deliberativo.

PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA

REFERENCIAS

ABAMEC Nacional. Apostila do Seminário Balanço Social - Participação X Responsabilidade Empresarial. São Paulo, nov. 1997.

BOONE, Corinne & HOWES, Helen. Accounting for the Environment. CMA Magazine, EUA, p. 22-24, June 1997.

BRASIL. Anteprojeto de Alteração da Lei nº 6.404/76, de 27 de abril de 1998. Altera dispositivo da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, estende às sociedades de grande porte algumas disposições na Lei nº 6.404/76 e cria o Comitê de Superior de Estudos e Normas Contábeis.

_____. Anteprojeto da Lei nº 3.116, de 14 de maio de 1997. Cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providencias.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. A Contribuição da Demonstração do Valor Adicionado no Processo de Mensuração do PIB e em Algumas Análises Macroeconômicas. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. Balanço Verde. São Paulo: Painel S/A, Caderno Dinheiro, 25/09/97, p. 2.

FIPECAFI/USP. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 2001. SP, Atlas.

IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores. Normas e Procedimentos de Auditoria - NPA 11 - "Balanço e Ecologia". 1996.

MARTINS, Eliseu. Balanço Social - idéia que merece permanecer. Jornal Gazeta Mercantil, 18/09/97, p. A-3.

MARTINS, Vinicius A. Contabilidade Social – Da origem à prática atual (1ª parte). Temática Contábil e Balanços – IOB nº 10, 1999.

_____. Contabilidade Social – Da origem à prática atual (2ª parte). Temática Contábil e Balanços – IOB nº 11, 1999.

_____. Contabilidade Social – Da origem à prática atual (3ª parte). Temática Contábil e Balanços – IOB nº 12, 1999.

MENDES, José Maria Martins. Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório. Revista Brasileira de Contabilidade. n. 110, p. 14-20, março/abril, 1997.



PROF. ARIEVALDO ALVES DE LIMA
RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e o Meio Ambiente. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 1992.

SOUZA, Herbert de. O Balço social: Voluntário ou Obrigatório?. Folha de São Paulo, 7 abr. 1977.

WEBLIOGRAFIA

<http://www.marketingdecausasocial.com.br/balanco.htm>

<http://www.balancosocial.hpg.ig.com.br/index.htm>

<http://www.trip.com.br/personal/aal/artigos.asp>

<http://www.fides.org.br/frame.forum.html>

<http://www.grupoempresarial.adm.br>

<http://www.zemoleza.com.br/trabalho>

<http://www.balancosocial.org.br>

<http://www.ibase.org.br>